

O papel social do turismo junto aos idosos asilados - um processo de humanização com responsabilidade¹

Cinthia Fusquine Verbist²
Universidade de Caxias do Sul

Luciana Raquel Babinski³
Universidade de Caxias do Sul

Resumo: O artigo trata da possibilidade da prática social do turismo direcionada aos idosos asilados. Apresenta, rapidamente, considerações acerca das concepções de turismo tendo como eixo o projeto Turista Cidadão, concebido em 1999 pelo Porto Alegre Turismo-Escritório Municipal, utilizado neste estudo para direcionar a prática turística proporcionada aos idosos asilados. Objetiva-se, portanto, discutir a possibilidade de inserção e desenvolvimento do turismo com responsabilidade social junto aos idosos asilados, considerando a hospitalidade como elemento humanizador das relações empreendidas para com esse público, normalmente esquecido pela sociedade e pelos poderes público e privado.

Palavras-chave: turismo; idoso asilado; Turista Cidadão; hospitalidade.

Introdução

O turismo vinculado ao lazer pode proporcionar momentos de consumo e alienação aos indivíduos, como também de desenvolvimento pessoal e social. Atendo-se a este enfoque, acredita-se na relevância desta atividade como prática de estudo e pesquisa no âmbito acadêmico, necessária para sua compreensão e melhor desenvolvimento. Aliar a este estudo os idosos torna-se relevante diante do gradual crescimento do contingente populacional de idosos no país, constituindo-se como um elemento de alerta a significativas alterações demográficas e à necessidade de estudos de diferentes áreas do conhecimento, inclusive no que diz respeito ao turismo.

¹ Trabalho apresentado ao GT “Turismo Social” do IV Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL – Caxias do Sul, 7 e 8 de julho de 2006.

² Aluna do Programa de Mestrado Acadêmico em Turismo da Universidade de Caxias do Sul. Bacharel em Turismo pelo Centro Universitário Feevale, em Novo Hamburgo.

³ Aluna do Programa de Mestrado Acadêmico em Turismo da Universidade de Caxias do Sul. Bacharel em Turismo pela Pontifícia Universidade Católica do rio Grande do Sul – PUCRS.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE (2002), o contingente de idosos no país representa 8,6% da população brasileira, abrangendo quase 15 milhões de pessoas com 60 anos ou mais de idade. Aspectos como a redução da taxa de natalidade e a queda da taxa de mortalidade, aliados aos avanços na área médica, tecnológica e social, no que diz respeito às leis trabalhistas e saneamento básico, estão contribuindo de forma significativa a este aumento populacional. A previsão é que em 2050, a população idosa mundial seja de 1.900 milhões de pessoas.

No Brasil, nos próximos 20 anos deverá representar quase 13% da população, podendo ultrapassar o contingente de 30 milhões de idosos. Considerações como estas, comprovam a necessidade de atenção, relevância político-social e estudos que contribuam para melhor compreensão e estímulo de iniciativas que possam promover a integração social e a melhoria na qualidade de vida dos idosos.

As mitificações acerca do envelhecimento estão entrando em crise com as representações organizacionais de idosos, ocupando seu espaço social e lutando pelos seus direitos. Percebe-se, no entanto, que este ainda é um contingente populacional pouco compreendido quanto a sua relevância perante a sociedade e o poder público, principalmente no que diz respeito à fragilidade e exclusão de idosos moradores em instituições asilares.

Diante da abrangência de especificações envolvendo as temáticas turismo e idosos, busca-se propor neste trabalho a necessidade de estudos e ações que possibilitem a inserção do turismo como momento fruição do lazer para idosos. Através destas considerações, acredita-se que o turismo possa representar uma das opções do lazer, levando-se em conta o aspecto humanizador de sua prática, que pode ter na hospitalidade um dos elementos-chave na valorização do sujeito asilado.

1. O idoso asilado

O aumento da expectativa de vida da população idosa, devido à baixa fecundidade e queda da mortalidade infantil, tem despertado interesse de diversas áreas do conhecimento no intuito de compreender os aspectos que envolvem o processo do envelhecimento. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2002) a estimativa de

população idosa no Brasil poderá ultrapassar 30 milhões de indivíduos nos próximos 20 anos.

A questão do envelhecimento do ser humano “não é um fator estático, é o resultado e o prolongamento de um processo” (BEAUVOIR, 1990,p. 17) influenciado por fatores físicos, biológicos, psicológicos e sociais, alterando suas relações com o tempo e com sua própria história de vida .

Conforme Cortelletti, Casara e Herédia (2004, p. 19), no momento em que o idoso se insere na instituição asilar, leva consigo toda sua bagagem cultural abrangendo suas relações estabelecidas até o momento com a família e o ambiente vivenciado. Esta bagagem cultural é traduzida como sua história de vida, a qual, segundo as autoras “é obrigado a abrir mão no momento da institucionalização, em detrimento à sua inserção na nova condição de vida”. A passagem desta vida pública para a restrita compreende perdas, principalmente no que toca no aspecto das relações familiares e sociais. Goffman (2005, p. 25) classifica esta transição como o período de “morte civil” no qual o indivíduo “descobre que perdeu alguns dos papéis em virtude da barreira que o separa do mundo externo”. Sob esta perspectiva, tem-se a noção de exclusão ao mundo social aliado à perda de ocupações sócias e familiares.

O idoso asilado é aquele que vive a velhice aqui entendida como um tempo, a última fase do ciclo natural da vida humana em que as mudanças provocadas pelo processo degenerativo do organismo acentuam as perdas físicas e onde ocorrem significativas transformações psicológicas, culturais e sociais do indivíduo, com implicações no seu interagir com o meio no qual está inserido (HERÉDIA; CASARA apud CORTELLETTI et al., 2004, p. 22)

Os motivos que conduzem o idoso ao asilamento envolvem aspectos como a ausência familiar, motivos socioeconômicos ou o próprio abandono.

A situação de asilamento, motivada pelo abandono, é uma contingência. O asilo é o lugar que restou para abrigar o idoso e recebê-lo. O asilado se conforma e aceita essa situação, aparentemente sem contestar, limitando as possibilidades de querer mais e restringindo gradativamente o sentir, o pensar, o agir e o interagir. Perde a visibilidade do mundo, das pessoas neste mundo e, como consequência, as mobilidades social, física e intelectual que o mundo requer. Acaba por se enclausurar, tornando-se incapaz de enfrentar os

desafios que a vida impõe. Falta-lhe energia e esperança para viver. Espera o tempo passar... (CORTELLETTI et al, 2004, p. 43)

Diante destes fatores, Mesquita e Portella (2004) mencionam a importância de atividades de lazer e entretenimento, sejam estas de caráter físico ou intelectual, que mantenha o idoso ativo, no intuito de evitar a sua permanência constante em frente ao televisor, onde grande parte dos idosos permanecem por horas.

Cortelletti, Casara e Herédia (2004) mencionam que as atividades de lazer realizadas pelos idosos durante sua vida pré-institucional, passam a ter um decréscimo considerável após sua inserção no asilo. Isso poderá ocorrer devido às precárias condições materiais, quanto a equipamentos oferecidos pela instituição ou a própria condição socioeconômica do indivíduo. Segundo as mesmas autoras (2004, p. 104), “para muitos idosos, o dia a dia na instituição significa ócio e monotonia, resumindo-se, basicamente, segundo suas próprias palavras, em ‘comer, dormir, e assistir televisão’”.

Contudo, percebe-se que a condição do idoso asilado envolve fatores e altera valores muito significativos na vida dos seres humanos como a questão da identidade e as relações sociais, especificamente as familiares, bem como perdas de autonomia e esperança de vida, de forma que “o contraste entre o passado e o presente pode tornar-se intolerável” (BAUVOIR, 1990, p. 455). O lazer possui papel fundamental para a manutenção ativa do corpo e mente do idoso e dentro desta perspectiva, acredita-se, então, que o turismo possa igualmente contribuir através de uma vivência que proporcione o seu desenvolvimento pessoal e social.

2. Considerações significativas sobre o turismo

Estabelecer uma definição acerca do turismo tem sido um desafio aos estudiosos. Constitui-se como uma busca contínua que teve o seu início paralelo ao desenvolvimento do capitalismo quando o turismo iniciou sua concepção como uma atividade geradora de lucros. Esta visão determinantemente econômica data de 1911, quando, segundo Barretto (1995, p.9), o economista austríaco Hermann von Schullern zu Schattenhofen definiu a primeira concepção de turismo como: “o conceito que compreende todos os processos,

especialmente os econômicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, país ou estado”.

O reducionismo econômico dado ao turismo teve sua continuidade com a “Escola Berlinesa”, em 1929, dedicando seus estudos aos impactos econômicos provocados pelo fenômeno (MOESCH, 2004).

Oscar De La Torre (apud BARRETTO, 1995, p. 13) mantém a lógica determinista mercadológica assimilada até então:

O turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.

Muitas são as definições relacionando o turismo ao reducionismo econômico e a modelos estatísticos de sua atividade, tratando-o como uma mercadoria a ser consumida. Ainda nesta visão leva-se em consideração a questão do deslocamento fora da residência habitual como relevante aspecto da significação do turismo. Buscando a padronização de sua conceituação, a Organização Mundial do Turismo - OMT (OLIVEIRA, 2002, p. 35) o concebe como:

o fenômeno que ocorre quando um ou mais indivíduos se trasladam a um ou mais locais diferentes de sua residência habitual por um período maior que 24 horas e menor que 180 dias, sem participar dos mercados de trabalho e capital dos locais visitados.

Para, Morin (apud MOESCH, 2004, p. 118), a visão até então reducionista do turismo propiciou “a redução do complexo ao simples, do global ao elementar, da organização à ordem, da qualidade à quantidade, do multidimensional ao formal, do destacar fenômenos em objetos isolados de seu contexto e separados do sujeito que os percebe/concebe”.

O determinismo econômico aplicado ao turismo ignorou a figura do sujeito em sua concepção, reduzindo a mercantilização de sua atividade. No entanto, o turismo constitui-se como um fenômeno muito mais complexo, abarcando elementos de humanização, de forma

que “qualquer evolução, inclusive a do turismo, deve inclinar-se para o desenvolvimento do ser humano, e não dos bens materiais” (KRIPPENDORF, 2001, p. 136).

MOESCH (2000, p. 130) complementa a visão da complexidade o turismo, tendo como base os preceitos de Morin, de forma que:

o sujeito revela elementos de sua humanidade, pois conjuga atos de prosa e de poesia [...], quando vive a participação, o amor, o fervor, a comunhão, a exaltação, o rito, a festa, a embriaguez, a dança, o canto, o gosto, a quebra da rotina, que, efetivamente, transfiguram sua vida prosaica, feita de tarefas práticas, utilitaristas, técnicas repetitivas. O sujeito do turismo é não só *economicus* e político, mas subjetivo, afetivo e lúdico, dimensões essenciais de sua existência, ele é multidimensional, não de maneira harmoniosa, complementar, realizada, passível de classificação, mas no conflito, na contradição, no jogo de papéis, de máscaras que o turismo possa lhe estabelecer.

Portanto, a dimensão do turismo que se deseja abordar neste artigo tem como base a complexidade, de caráter multi e transdisciplinar, abrangendo diferentes áreas de estudo, constituindo-se de práticas humanizadoras que proporcione a auto realização dos indivíduos, na tentativa de “desenvolver o turismo aos seres humanos, para que ele se torne mais humano” (KRIPPENDORF, 2001, p. 136).

3. O Projeto Turista Cidadão como proposta de humanização

Em contraposição ao determinismo economicista-mercadológico de concepção funcionalista do turismo, o Porto Alegre Turismo-Escritório Municipal concebeu, em 1999, uma política municipal voltada aos cidadãos, cuja denominação refere-se ao projeto Turista Cidadão. Conforme MOESCH,

o turista cidadão é aquele morador da localidade que vivencia práticas sociais, no seu tempo rotineiro, dentro de sua cidade, de forma não rotineira, onde é provado em relação à cidade. Turista cidadão é aquele que resgata a cultura da sua cidade fazendo uso do estranhamento da mesma. Este estranhamento inicia no momento em que o indivíduo descobre no espaço cotidiano outras culturas, outras formas étnicas e outras oportunidades de lazer e entretenimento. Quando se encontra na situação de turista cidadão este sujeito aprende a utilizar os espaços ambientais, culturais, históricos, comerciais e de entretenimento com uma percepção diferenciada de seu cotidiano (MOESCH apud LIMA, 2005, p 119)

Concebe-se como uma política sob a perspectiva da humanização focalizada no sujeito como objeto do turismo, não havendo, como obrigatoriedade, o deslocamento de seu local de residência habitual nem mesmo o cumprimento de um período de tempo determinado para sua efetivação. Apóia-se na “teoria do estranhamento”, mencionada por Ferrara (1998, p. 25) de forma que os sujeitos venham a “reconhecer, não identificar, mas superar a rotina, conhecer outra vez”.

Desta forma, compreende-se a concepção do projeto Turista Cidadão como um modelo de prática social do turismo, envolvendo a interação dos sujeitos com o meio, sem que estes sejam reduzidos à caracterização de clientes de um processo mercadológico, mas sim, integrantes de um processo humanizador.

Acredita-se, no entanto, que o turismo sob a concepção de humanização e complexidade torna-se importante não somente no redescobrimto, na concepção de um novo olhar ao espaço urbano, como também a sua possibilidade de experimentação e vivência pelos indivíduos através das viagens. Pensa-se, contudo, que a idealização e efetivação da prática do turismo, concebendo os aspectos mencionados, possa ser adotado como princípio norteador ao desenvolvimento deste estudo, tendo como sujeitos envolvidos idosos asilados.

4. Hospitalidade – elemento humanizador

A hospitalidade deve estar presente na vida diária das pessoas, seja em casa, no trabalho, na rua. Apesar de alguns autores separarem a hospitalidade em três âmbitos, o doméstico, o comercial e o público, acredita-se que o ser humano, por ser único, ter seu caráter, seus valores e formas de encarar o mundo, não mude seu modo de tratar as pessoas, independente de estar desempenhando suas atividades de trabalho, ou em casa entre a família.

A hospitalidade, desprovida dos limites pré-estabelecidos entre hospitalidade doméstica, comercial e pública, pode representar um elemento humanizador no tratamento dispensado aos idosos asilados. Esse tratamento refere-se àquele prestado tanto pelas pessoas que estabelecem relações diretas com este público, como também por pessoas que,

mesmo inconscientemente, contribuem para que estes idosos desfrutem de momentos onde são concebidos e entendidos como seres humanos que merecem atenção e cuidados.

Em uma instituição asilar, por exemplo, os funcionários nela inseridos devem ter no seu perfil traços da hospitalidade, onde o cuidado genuíno, o interesse pelo bem-estar destas pessoas seja valorizado e representativo dos valores institucionais. Este cuidado genuíno, o interesse pelas necessidades apresentadas pelos idosos, o querer vê-los bem, pode também ser percebido nas relações estabelecidas entre este público e os voluntários, que buscam muitas destas instituições visando doarem um pouco do seu amor e atenção.

O voluntariado pode ser considerado como uma das vertentes da hospitalidade doméstica ou privada, uma vez que está presente nesta prática o dom, a dádiva, o dar desinteressado, o receber de bom-grado, e o retribuir, que pode ser representado por um sorriso, por um “muito obrigado”. Segundo Camargo (2004, p. 23), “retribuir é reinstaurar o dom, a dádiva. É reinstaurar o sacrifício, criar uma nova dádiva”.

Assim, a hospitalidade no domínio privado introduz o indivíduo em regras, rituais, normas e costumes que modelam as atividades de hospitalidade no cenário social e, conseqüentemente, no cenário comercial. É a hospitalidade privada que passa ser a base dos demais domínios da hospitalidade devendo, portanto, ser entendida em sua totalidade.

Em uma cidade, a hospitalidade também é elemento a ser considerado e visado, devendo estar inserida nas políticas públicas que contemplem a oferta turística, no caso dos municípios turísticos ou com potencial para investir nesta prática. Uma cidade com atrativos turísticos bem-cuidados, com infra-estrutura básica e turística conservadas, com comunidade envolvida e interessada pela preservação da cultura local, que tenha na hospitalidade, no bom-atendimento preceitos para a boa convivência, configuram-se como fatores que podem oferecer àqueles que entram em contato com a realidade vivenciada neste espaço uma experiência enriquecedora.

É ao exprimir-se socialmente em espaços públicos que os indivíduos revelam tanto a sua ligação com a sociedade quanto sua cultura e compreensão relativamente às normas comuns (TELFER, 2004, p. 12). A hospitalidade, em seu domínio público ou social, portanto, deve ser entendida como constituída pela integração harmônica dos elementos da oferta turística.

O conceito de hospitalidade envolve a cidade e suas relações com a ecologia, a infra-estrutura, os bens e serviços, os produtos culturais, os negócios ligados à hospedagem, a alimentação, o lazer e entretenimento não só de turistas como também de moradores (DIAS, 2002, p. 97).

Grinover (2002, p. 26), complementa dizendo que

também é possível ampliar a noção de hospitalidade, englobando a relação que se estabelece entre o espaço físico da cidade e seus habitantes, pois ela abrange não somente a acomodação, mas também a alimentação, o conforto e o acolhimento, proporcionando ao visitante a sensação de bem-estar.

Dessa forma, o Turista Cidadão, o idoso asilado, passam a ter na cidade um espaço onde compartilhar experiências, onde vivenciar uma realidade que em função de estarem inseridos em uma instituição asilar, não é mais a sua realidade constante. Além da estruturação da cidade, dos voluntários, dos funcionários, da comunidade, as organizações também têm papel fundamental no que se refere à hospitalidade, inclusive no que tange à hospitalidade proporcionada aos idosos asilados através do turismo.

As agências de turismo, por conseguinte, podem configurar-se como representativas da hospitalidade comercial, as quais, através de projetos desenvolvidos e voltados para os idosos asilados, podem possibilitar às pessoas nesta condição, a sua inclusão como Turista Cidadão. As agências, despidas do viés comercial, entendendo a hospitalidade como meio de possibilitar uma vivência mais humana às pessoas que se encontram na velhice, que estão asiladas e que não possuem condições financeiras para empreender uma viagem, um passeio, podem oferecer a este público uma vivência diferenciada da que a do seu cotidiano dentro do asilo.

Esse tipo de ação, que muitas vezes não tem um custo elevado para as agências, uma vez que estas podem trabalhar com parcerias para a realização de passeios a serem oferecidos aos idosos asilados, são importantes para que estas pessoas sintam-se valorizadas e não à margem da sociedade, esquecidas.

Camargo (2004, p. 24) faz um comentário pertinente à hospitalidade que pode servir para o melhor entendimento do que se quis dizer até então. Segundo este autor, “a

hospitalidade assume sua face mais nobre na moral humana, a de costurar, sedimentar, vivificar o tecido social e colocar em marcha esse processo sem fim que alimenta o vínculo humano”. É o vínculo humano, as trocas sócias, o interesse pelo bem-estar do próximo, que se quer quando se pensa e se prega a hospitalidade. É o fazer do indivíduo, do idoso asilado, do turista, antes de qualquer coisa, um cidadão.

Considerações

Tendo em vista as diversas áreas do conhecimento, o turismo enquanto prática de lazer tem apresentado interesse, ainda que pouco, em direcionar seus destinos e atividades para o atendimento de idosos. Ao se tratar deste público, normalmente direciona-se estudos e práticas de turismo a grupos organizados de idosos, como os da terceira idade, tendo como principal visualização o aspecto econômico gerado na relação entre eles. Tem-se a idéia que, no momento em que o idoso se aposenta, terá tempo e dinheiro para poder aproveitar a vida e viajar. Realizar todas as atividades que, até então, lhe foram privadas devido a diversas responsabilidades como as profissionais e familiares.

Para muitos idosos esta concepção configura-se em realidade, e os profissionais do turismo devem estar atentos. Para outros, porém, como os de baixa renda, a vida parece se tornar ainda mais difícil. Pensando neste último aspecto imagina-se qual será a perspectiva de vida dos idosos que não possuem condições financeiras suficientes para poder realizar atividades turísticas e até mesmo de lazer. Idosos estes que possuem uma história de vida, muitas vezes sofrida, com muito trabalho e suor, que tiveram sua casa e, provavelmente, constituíram família com quem desfrutaram momentos de lazer, como possíveis viagens.

Hoje, muitos desses idosos moram em instituições asilares, por motivos diversos, sendo esquecidos pelos órgãos públicos, pela sociedade e até mesmo pelos familiares. São idosos que não fazem parte da categoria eleita pelo mercado turístico como filão, devido a diversas dificuldades financeiras, biológicas e psicológicas encontradas para a realização de tais atividades. A cruel visão do mercado exclui camadas populacionais de baixo poder econômico, incitando os profissionais da área a realizarem pesquisas de cunho puramente mercadológico, de característica funcional, com a organização e programação de pacotes ou atividades turísticas destinadas aos grupos de idosos visando a compensação financeira.

Faz-se necessário esclarecer que não é intenção deste estudo condenar este tipo de prática, muito pelo contrário, acredita-se na necessidade de planejamento de atividades turísticas que consigam atender de forma adequada e direcionada este público idoso disposto a dispensar tempo e recursos financeiros a fruição do Turismo. Pensa-se, no entanto, que o turismo possui funções para muito além do aspecto econômico, podendo assumir uma concepção mais humana, enfocando como objeto central os sujeitos.

E uma das formas de assumir essa concepção mais humana é buscar reinstaurar a hospitalidade no dia-a-dia das pessoas, seja no seu lar, na cidade em que vive, na empresa em que trabalha, de forma que o dom, a dádiva se faça presente nas relações de troca empreendidas entre as pessoas.

Acredita-se, então, que o planejamento e a execução de práticas turísticas em instituições asilares possa ser benéfico aos idosos, quem sabe até contribuir para a melhoria da qualidade de vida, integrando-os na sociedade e possibilitando a efetivação do direito ao lazer mencionado na Constituição da República Federativa do Brasil (1994, p. 10), de 5 de outubro de 1988, cap. II, art. 6º, dos direitos sociais:

São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência dos desamparados, na forma desta Constituição.

Assim sendo, organizações de turismo, aqui ressaltando as agências, podem ser um dos incentivadores da prática social do turismo, estando integradas com outras organizações, como empresas de transportes, hotéis, guias de turismo, de forma que em conjunto pensem em uma forma de valorizar os idosos asilados, possibilitando aos mesmos alternativas de lazer para além das paredes das instituições.

Referências Bibliográficas

BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas: Papyrus, 1995

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

CAMARGO, Luiz Octavio de Lima. **Hospitalidade**. São Paulo: Aleph, 2004. - (Coleção ABC do Turismo).

CORTELLETTI, Ivonne; CASARA, Miriam; HERÉDIA, Vânia. **Idoso asilado**: um estudo gerontológico. Caxias do Sul: EducS, Edipucrs, 2004

DIAS, Célia. O modelo de Hospitalidade do Hotel Paris Ritz: um enfoque especial sobre a qualidade. In: DIAS, Célia (org.). **Hospitalidade: Reflexões e Perspectivas**. Barueri, SP: Manole, 2002.

FERRARA, Lucrecia. D'Aléssio. **Ver a cidade**: cidade, imagem, leitura. São Paulo: Nobel, 1988

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2005

GRINOVER, Lucio. Hospitalidade: um tema a ser reestudado e pesquisado. In: DIAS, Célia (org.). **Hospitalidade: Reflexões e Perspectivas**. Barueri, SP: Manole, 2002.

IBGE. **Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias> Acesso em: 26 mar. 2006.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. 2º ed. São Paulo: Aleph, 2001

SALES, Fabiana de Lima. **A educação patrimonial e o turismo**: o caso do programa de educação patrimonial do Museu Municipal de Caxias do Sul. Dissertação de Mestrado em Turismo. Universidade de Caxias do Sul- UCS, 2005

MESQUITA, Paulo; PORTELLA, Marilene Rodrigues. A gestão do cuidado do idoso em residenciais e asilos: uma construção solitária fortalecida nas vivências do dia-a-dia. In PASQUALOTTI, Adriano; BETTINELLI, Luiz Antônio (org.). **Envelhecimento humano**: desafios e perspectivas. Passo Fundo: UPF, Grupo de Pesquisa Vivencer, 2004

MOESCH, Marutschka Martini. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2000

MOESCH, Marutschka Martini. **A epistemologia social do turismo**. Tese (Doutorado em Turismo). Escola de Comunicação e Arte, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2004.

OLIVEIRA, Antônio Pereira. **Turismo e Desenvolvimento- Planejamento e Organização**. São Paulo: Atlas S.A., 2002.

SENADO FEDERAL. **Constituição**: 1988. Brasília: Centro Gráfico, 1994

TELFER, Elisabeth. A filosofia da “hospitalidade”. In: LASHLEY, Conrad; MORRISON, Alison (orgs.). **Em busca da hospitalidade: perspectivas para um mundo globalizado**. Tradução de Carlos David Szlak. Barueri, SP: Manole, 2004.